

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos da investigação	13
1.2 Conceitos operacionais e delimitação do tema	16
1.3 Metodologia a ser aplicada na pesquisa	22
1.4 Plano de desenvolvimento	23
Capítulo 1 EVOLUÇÃO E CRISE DO PROCESSO CIVIL: LEMBRAR, ENXERGAR E SUGERIR ATUALIZAÇÕES PARA ENFRENTAR A CRISE DE LEGITIMIDADE	25
1.1 Como evoluiu o processo civil até chegar aos dias de hoje: lembrar.....	25
1.1.1 Processo romano – <i>imperium e jurisdictio</i>	26
1.1.2 Do processo comum ao Estado Moderno	30
1.1.3 A jurisdição na pós-modernidade e a transformação do princípio da legalidade.....	33
1.1.4 O instrumentalismo processual – uma fase em evolução ...	35
1.2 Os efeitos da pós-modernidade no Judiciário: enxergar	39
1.2.1 Crise de legitimidade do Judiciário	40
1.2.1.1 Compreendendo os porquês da crise de legitimidade: o bacharelismo e o “liberalismo conservador” na cultura jurídica brasileira	49
1.2.1.2 Compreendendo os porquês da crise de legitimidade: o permanente estado de exceção	51
1.2.2 O papel da sociedade de informação e da massificação social na crise.....	54
1.2.3 Novos direitos e a necessidade de uma nova jurisprudência criadora de mecanismos para efetivá-los.....	62

1.3	Como o processo pode enfrentar a pós-modernidade?.....	65
1.3.1	Primeira saída: o direito como função e não como simples norma.....	65
1.3.2	Segunda saída: o processo coletivo relegitimado pela participação.....	68
1.4	Conclusão do capítulo: as várias causas da crise de legitimidade do Judiciário	69
Capítulo 2	PROCESSO E DIREITOS FUNDAMENTAIS: QUANDO A LIBERDADE CEDE À EFETIVIDADE	71
2.1	Teoria dos direitos fundamentais: uma breve introdução.....	72
2.2	Princípio da proporcionalidade: força <i>a priori</i> dos interesses coletivos	73
2.3	Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva	77
2.4	Efetividade <i>versus</i> liberdade	79
2.5	Direitos individuais e liberdade: a especificidade dos direitos da criança e adolescente.....	81
Capítulo 3	A PRISÃO CIVIL E O CONTEMPT OF COURT.....	85
3.1	Como as constituições brasileiras trataram o tema “prisão civil”.....	87
3.2	Experiência de outros países no tratamento da prisão civil: o <i>contempt of court</i>	92
3.2.1	O direito alemão, as obrigações infungíveis e os deveres processuais	92
3.2.2	Direito francês e a <i>astreinte</i> : a criação de um mecanismo pela jurisprudência.....	95
3.2.3	A agonia do direito italiano e as soluções criminalizantes....	96
3.2.4	Direito inglês: o tradicional <i>contempt of court</i>	100
3.2.5	Direito canadense e a mistura anglo-francesa.....	101
3.3	A prisão civil nos tratados internacionais	105
3.3.1	Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos	106
3.3.2	Pacto de São José da Costa Rica e a vedação da prisão civil: dívida é obrigação pecuniária	110
3.3.3	Convenção Europeia sobre Direitos Humanos	112
3.4	Conclusão do capítulo.....	113

Capítulo 4	COMO NOSSO DIREITO LIDA COM A FALTA DE EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS?	115
4.1	Inexistência de antecipação de tutela – poder geral de cautela – dificuldades.....	116
4.2	Previsões específicas na legislação	121
4.3	Reformas do Código de Processo Civil: a busca pela efetividade...	127
4.3.1	Tutela antecipada – art. 273	128
4.3.2	Tutela específica da obrigação de fazer e de não fazer – art. 461 e art. 84 do CDC.....	129
4.3.3	Atos atentatórios ao exercício da jurisdição – art. 14 e parágrafo vetado	135
4.4	Projetos de alteração do Código de Processo Civil.....	140
4.4.1	Projeto de Lei nº 132/2004 – outra tentativa de reforma do Código	141
4.4.2	Projetos do Código Brasileiro de Processos Coletivos e Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América	142
4.4.3	Anteprojeto de Código de Processo Civil: ainda uma tentativa desatendida de tornar o processo mais efetivo ...	144
4.5	A ineficácia do crime de desobediência.....	148
4.6	Conclusão do capítulo.....	151
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	REFERÊNCIAS	157